



PREFEITURA MUNICIPAL DE TARUMÃ

Processo Seletivo Nº 002/2022

Edital 052/2022

PROVA OBJETIVA

AUDITOR FISCAL

Você está recebendo a FOLHA DEFINITIVA DE RESPOSTAS e o CADERNO com 40 questões. Leia cuidadosamente cada questão e escolha a resposta que você considera correta.

Preencha com seu NOME e número do RG os espaços indicados na capa deste caderno. Assine a FOLHA DEFINITIVA DE RESPOSTAS com caneta de tinta azul ou preta.

Marque, na FOLHA DEFINITIVA DE RESPOSTAS, com caneta de tinta azul ou preta, a letra correspondente à alternativa que você escolheu para cada uma das questões.

A duração da prova é de 3 horas.

Você só poderá entregar a FOLHA DEFINITIVA DE RESPOSTAS e sair do prédio depois de decorrida 1 hora do início da prova.

Você poderá levar a FOLHA INTERMEDIÁRIA DE RESPOSTAS no final deste caderno.

Ao sair, NÃO será permitido levar o CADERNO DE QUESTÕES.

Nome do candidato:

RG:

LÍNGUA PORTUGUESA

Instrução: Leia um trecho de *Sapiens – Uma breve história da humanidade*, de Yuval Noah Harari, para responder às questões de **01 a 05**.

O custo de pensar

Apesar de suas muitas diferenças, todas as espécies humanas têm em comum várias características que as definem. Mais notadamente, os humanos têm o cérebro extraordinariamente grande em comparação com o de outros animais. Mamíferos pesando 60 quilos têm um cérebro com tamanho médio de 200 centímetros cúbicos. Os primeiros homens e mulheres, há 2,5 milhões de anos, tinham cérebros de cerca de 600 a 1400 centímetros cúbicos. Os cérebros dos neandertais eram ainda maiores.

Que a evolução devesse selecionar cérebros maiores pode nos parecer óbvio. Somos tão apaixonados por nossa inteligência superior que presumimos que, em se tratando de capacidade cerebral, mais deve ser melhor. Mas, se fosse assim, a família dos felídeos também teria produzido gatos capazes de fazer cálculos, e porcos teriam a esta altura lançado seus próprios programas espaciais. Por que cérebros gigantes são tão raros no reino animal?

O fato é que um cérebro gigante é extremamente custoso para o corpo. Não é fácil de carregar, sobretudo quando envolvido por um crânio pesado. É ainda mais difícil de abastecer. No *Homo sapiens*, o cérebro equivale a 2 ou 3% do peso corporal, mas consome 25% da energia do corpo quando está em repouso. Em comparação, o cérebro de outros primatas requer apenas 8% de energia em repouso. Os humanos arcaicos pagaram por seu cérebro grande de duas maneiras. Em primeiro lugar, passaram mais tempo em busca de comida. Em segundo lugar, seus músculos atrofiaram. Como um governo desviando dinheiro da defesa para a educação, os humanos desviaram energia do biceps para os neurônios. Difícilmente pensaríamos que essa é uma boa estratégia para a sobrevivência na savana. Um chimpanzé não pode ganhar uma discussão com um *Homo sapiens*, mas pode parti-lo ao meio como uma boneca de pano.

(Fonte: HARARI, Yuval Noah. *Sapiens - Uma breve história da Humanidade*. 51 ed. Porto Alegre: L&PM, 2020. p.16-17)

01. A partir das ideias contidas no texto, é correto afirmar que

- (A) o consumo de energia do cérebro, no *Homo sapiens*, é proporcional ao seu tamanho, comparado com outros órgãos do corpo humano ou com outros primatas.
- (B) o desenvolvimento de habilidades intelectuais sempre se demonstrou mais eficiente e vantajoso para o *Homo sapiens* em qualquer fase da história das civilizações.

- (C) a ausência de força física no *Homo sapiens* foi suprida pela inteligência superior em relação a outros animais como porcos ou felídeos, demonstrando que a evolução favorece cérebros maiores.
- (D) o cérebro grande do *Homo sapiens* resultou em um consumo de energia maior que o dos demais primatas e uma redução no desenvolvimento muscular.

02. Em “... parti-lo ao meio como uma boneca de pano”, o autor utiliza-se de um recurso estilístico denominado

- (A) eufemismo.
- (B) comparação.
- (C) gradação.
- (D) metonímia.

03. A forma verbal destacada em “Que a evolução devesse selecionar cérebros maiores pode nos parecer óbvio” exprime, no contexto em que foi empregada, uma

- (A) hipótese.
- (B) dúvida.
- (C) certeza.
- (D) conclusão.

04. Do ponto de vista semântico, a locução prepositiva “apesar de” (início do primeiro parágrafo)

- (A) conclui um pensamento possivelmente desenvolvido em um parágrafo anterior.
- (B) contraria a ideia da oração subsequente, mas não impede a sua realização.
- (C) estabelece um sentido de soma, adição em relação ao período seguinte.
- (D) evidencia uma consequência da ideia presente na oração “... todas as espécies humanas têm em comum várias características...”

05. Marque a alternativa em que a preposição destacada imprime o sentido de destino.

- (A) “Os cérebros dos neandertais eram ainda maiores”.
- (B) “Somos tão apaixonados por nossa inteligência superior...”
- (C) “Em comparação, o cérebro de outros primatas requer...”
- (D) “... um governo desviando dinheiro da defesa para a educação...”

MATEMÁTICA

06. Luiza comprou de uma rifa o número 41. Sabendo que essa rifa foi numerada de 1 a 100, é correto afirmar que

- (A) a probabilidade de o bilhete sorteado ser maior que 40 é 60%.

- (B) a probabilidade de Luiza ganhar a rifa é de 10%.
- (C) a probabilidade de o bilhete sorteado ser ímpar é 25%.
- (D) a probabilidade de o bilhete sorteado ser número primo é 35%.
07. Dois pintores pintam uma parede quadrada com 3,5 metros de lado em 2 horas. Quatro pintores, com o mesmo desempenho, pintarão uma parede quadrada de 7 metros em:
- (A) 3 horas.
- (B) 4 horas.
- (C) 5 horas.
- (D) 6 horas.
08. Larissa embalou 1.024 docinhos em caixas e cada uma delas com a mesma quantidade de docinhos. Ela percebeu que o número de docinhos de uma caixa era igual a 4 vezes o número de caixas. Tendo em vista que todos os 1.024 docinhos foram embalados, é correto afirmar que o número de docinhos de uma caixa era
- (A) 124.
- (B) 64.
- (C) 72.
- (D) 96.
09. Um serralheiro cortou um pedaço de madeira em forma de triângulo retângulo com os lados menores iguais a 28 cm e 21 cm, respectivamente. O perímetro dessa madeira triangular é
- (A) 120 cm.
- (B) 95 cm.
- (C) 84 cm.
- (D) 76 cm.
10. Francis irá organizar os livros em uma prateleira formando pilhas todas com o mesmo número de livros. Se cada pilha tiver 6, 8 ou 12 livros sempre sobrarão 4 livros. Sabendo que Francis possuem menos de 50 livros, se ela empilhar 5 livros, o número de livros que sobrarão é
- (A) 4.
- (B) 3.
- (C) 2.
- (D) 1.
- III. Instalava-se na Vila Lex o primeiro dentista, e a primeira costureira, respectivamente Sr. Silas Orvellas e D. Aninha.
- (A) I, II e III.
- (B) III, II e I.
- (C) I, III e II.
- (D) III, I e II.
12. Sobre a bandeira e brasão de Tarumã, assinale a assertiva correta.
- (A) Os triângulos superpostos formam pontas de lanças a indicar o impulso do município de Tarumã a um futuro grandioso de desenvolvimento e prosperidade.
- (B) O simbolismo das cores na bandeira difere completamente daquele representado no brasão municipal, ganhando, inclusive, novas cores, como o azul.
- (C) Existe a predominância de formas retangulares e circulares nas cores preta, vermelha, branca e verde.
- (D) A cor prata, originalmente presente no brasão, é representada na bandeira pela cor vermelha.
13. Em 22 de março de 2022, o município de Tarumã foi premiado na terceira edição do Concurso de Boas Práticas “Cases Inovadores 2022”, promovido pelo Programa Parcerias Municipais, desenvolvido pela Secretaria de Desenvolvimento Regional (SDR). O projeto ganhador de Tarumã concorreu nesta edição na área de
- (A) Educação.
- (B) Saúde.
- (C) Transporte.
- (D) Finanças.
14. Nas terras que Gilberto Lex escolheu, as que se localizavam na cabeceira do rio Tarumã, foi instalada uma fazenda a qual deu nome de
- (A) “Nova Tarumã”.
- (B) “Nascente do Tarumã”.
- (C) “Dourado Tarumã”.
- (D) “Frutos de Tarumã”.
15. Sobre a atual organização administrativa de Tarumã, marque a alternativa que apresenta o número total de secretarias existentes no município.
- (A) 7.
- (B) 6.
- (C) 9.
- (D) 10.

CONHECIMENTOS SOBRE TARUMÃ

11. Analise os fatos históricos que se seguem referentes às origens de Tarumã e marque a alternativa que apresenta a correta ordem cronológica.
- I. Morre aquele que foi o pioneiro de Tarumã, Gilberto Lex.
- II. Emancipação de Tarumã.

CONHECIMENTOS ESPECÍFICOS

16. De acordo com a Lei Orgânica do Município de Tarumã:

- (A) O Município divulgará até o último dia do ano subsequente ao da arrecadação os montantes de cada um dos tributos arrecadados e dos recursos transferidos recebidos.
- (B) O Município divulgará até o último dia do mês subsequente ao da arrecadação os montantes de cada um dos tributos arrecadados e dos recursos transferidos recebidos.
- (C) O Município divulgará semestralmente a arrecadação de cada um dos tributos arrecadados e dos recursos transferidos recebidos.
- (D) O Município não divulgará a arrecadação de cada um dos tributos arrecadados e dos recursos transferidos recebidos, devendo, no entanto, apresentá-los nas publicações das Demonstrações contábeis do exercício subsequente ao ano de arrecadação.
17. O Município de Tarumã poderá instituir os seguintes tributos, **exceto**:
- (A) Imposto de sua competência, conforme discriminado na Constituição Federal.
- (B) Taxas decorrentes do regular exercício do poder de polícia administrativa.
- (C) Taxas decorrentes da utilização, efetiva ou potencial, de serviços públicos, específicos e divisíveis, prestados ao contribuinte, ou postos à sua disposição.
- (D) Contribuição de assistência social, cobrada das empresas com sede no território do Município, para custeio, em benefício do contribuinte, do sistema de Assistência Social do município.
18. Em relação aos Limites da Competência Tributária do Município de Tarumã:
- (A) Sem prejuízo de outras garantias asseguradas ao contribuinte, aplicam-se as vedações estabelecidas na Constituição Federal.
- (B) É defeso ao Município arrecadar tributos de sua competência.
- (C) É vedado ao Município cobrar contribuição de melhoria.
- (D) A Lei Orgânica é considerada a Constituição Municipal, por este motivo, ela pode prever tributos de competência dos demais entes Federados, desde que a base de cálculo seja distinta.
19. Conforme Seção IV, da Lei Orgânica do Município de Tarumã, compete ao Município instituir impostos sobre:
- I. Propriedade predial e territorial urbana.
- II. Transmissão "inter vivos", a qualquer título, por ato oneroso, de bens imóveis, por natureza ou acessão física, e de direitos reais sobre imóveis, exceto os de garantia, bem como cessão de direitos a sua aquisição.
- III. Vendas a varejo de combustíveis líquidos e gasosos, exceto óleo diesel.
- IV. Serviços de qualquer natureza, compreendidos na competência do estado, definidos em lei complementar.
- Estão corretas as afirmativas:
- (A) I, II e IV, apenas.
- (B) I e II, apenas.
- (C) I, II e III, apenas.
- (D) III e IV, apenas.
20. A fiscalização contábil, financeira, orçamentária, operacional e patrimonial do Município e das entidades da Administração indireta, quanto à legalidade, legitimidade, economicidade, aplicação de subvenções e renúncia de receitas próprias ou repassadas será exercida pela Câmara de Vereadores, mediante controle externo, e pelos sistemas de controle interno do Poder Executivo, conforme previsto em lei. Em relação ao responsável pelo controle interno do Município, Assinale a opção correta.
- (A) Os responsáveis pelo controle interno, ao tomarem conhecimento de qualquer irregularidade ou ilegalidade, dela devem dar ciência à Câmara de Vereadores, sob pena de perda imediata da função pública, independente de sanções cíveis e criminais.
- (B) Os responsáveis pelo controle interno, ao tomarem conhecimento de qualquer irregularidade ou ilegalidade, dela devem dar ciência ao Tribunal de Contas, sob pena de responsabilidade solidária.
- (C) Os responsáveis pelo controle interno, ao tomarem conhecimento de qualquer irregularidade ou ilegalidade, dela devem dar ciência ao Prefeito Municipal, que oficiará o Tribunal de Contas e a Câmara de Vereadores para apuração da respectiva irregularidade ou ilegalidade.
- (D) Os responsáveis pelo controle interno, será nomeado dentre os servidores de carreira do Município, sendo dispensado tal cargo quando o orçamento municipal for inferior a mínimo estabelecido na Lei Orgânica.
21. De acordo com a NBC TI 01 – Da Auditoria Interna:
- (A) A utilização de processamento eletrônico de dados pela entidade requer que exista, na equipe da Auditoria Interna, profissional com conhecimento suficiente sobre a tecnologia da informação e os sistemas de informação utilizados.

- (B) O uso de técnicas de Auditoria Interna, que demandem o emprego de recursos tecnológicos de processamento de informações, não requer que exista na equipe da Auditoria Interna profissional com conhecimento suficiente de forma a implementar os próprios procedimentos ou, se for o caso, orientar, supervisionar e revisar os trabalhos de especialistas.
- (C) Ao determinar a extensão de um teste de auditoria ou um método de seleção de itens a serem testados, não podem ser empregadas técnicas de amostragem.
- (D) Ao usar método de estatística, não deve ser projetada e selecionada uma amostra que possa proporcionar evidência de auditoria suficiente e apropriada.
- 22.** O relatório da Auditoria Interna deve abordar, no mínimo, os seguintes aspectos, **exceto**:
- (A) O objetivo e a extensão dos trabalhos.
- (B) A metodologia adotada.
- (C) Os principais procedimentos de auditoria aplicados e sua extensão.
- (D) As inconclusões e os aspectos internos resultantes dos fatos constatados.
- 23.** Ao Município, concorrentemente com o Estado, cabem, entre outras, as seguintes atribuições, **exceto**:
- I. Fiscalizar, nos locais de venda direta ao consumidor, as condições sanitárias dos gêneros alimentícios.
- II. Fazer cessar, no exercício do poder de polícia administrativa, as atividades que violarem as normas de saúde, sossego, higiene, segurança, funcionalidade, estética, moralidade e outras de interesse da coletividade.
- III. Prover sobre a extinção de incêndios.
- IV. Legislar sobre impostos cuja competência foi delegada pela União.
- (A) I e II, apenas.
- (B) II, apenas.
- (C) III e IV, apenas.
- (D) IV, apenas.
- 24.** Cabe à Câmara de Vereadores, com a sanção do Prefeito, dispor sobre todas as matérias de interesse local, especialmente:
- (A) legislar sobre tributos municipais, exclusão, extinção, e suspensão do crédito tributário e inclusive sobre a cobrança da dívida ativa.
- (B) proceder à tomada de contas do prefeito, quando não for apresentada no prazo legal.
- (C) Eleger sua Mesa Diretora, bem como destituí-la na forma regimental.
- (D) Criar comissões especiais de inquérito sobre o fato determinado que se inclua na competência municipal, sempre que o requerer pelo menos um terço de seus membros.
- 25.** São Poderes do Município de Tarumã, independentes e harmônicos entre si:
- (A) O Executivo e o Judiciário.
- (B) O Executivo, o Legislativo e o Tribunal de Contas.
- (C) O Executivo e o Legislativo.
- (D) O Executivo, o Legislativo e o Fundo Municipal de Aposentadoria.
- 26.** Ao Município cabe legislar e prover a tudo quanto respeite ao interesse local e ao bem-estar de sua população, cabendo-lhe, privativamente, entre outras, as seguintes atribuições:
- (A) Instituir e arrecadar os tributos de sua competência, fixar e cobrar preços, bem como aplicar suas rendas; dispor sobre serviço funerário e cemitérios, encarregando-se da administração daqueles que forem públicos e fiscalizando os pertencentes a entidades privadas; dispor sobre concessão, permissão e autorização dos serviços públicos locais; elaborar o plano diretor conforme diretrizes gerais fixadas em lei federal.
- (B) A fiscalização contábil, financeira, orçamentária, operacional e patrimonial do Município, das entidades da administração direta e indireta e das fundações instituídas ou mantidas pelo Poder Público Estadual, com sede no território do município, quanto à legalidade, legitimidade, economicidade, aplicação de subvenções e renúncia de receitas, será exercida pelo Executivo Municipal, mediante controle externo, e pelo sistema de controle interno de cada Poder Municipal.
- (C) Emitir parecer sobre a prestação anual de contas da administração financeira do Município, exceto quando tiver Tribunal próprio; comunicar à Câmara de Vereadores qualquer irregularidade verificada nas contas ou na gestão públicas, enviando-lhe cópia dos respectivos documentos; organizar as secretarias e os serviços auxiliares das Promotorias de Justiça.
- (D) Compatibilizar, no que couber, seus planos, programas, orçamentos, investimentos e ações às metas, diretrizes e objetivos estabelecidos nos planos e programas estaduais, regionais e setoriais de desenvolvimento econômico-social e de ordenação territorial, quando expressamente estabelecidos pelo Tribunal de Contas; deixar de pagar, sem motivo de força maior, por dois anos consecutivos, a dívida fundada; utilizar tributo com

efeito de confisco; estabelecer limitações ao tráfego de pessoas ou bens, por meio de tributo, ressalvada a cobrança de pedágio pela utilização de vias conservadas pelo Poder Público Estadual.

27. São leis complementares, além de outras indicadas na Lei orgânica de Tarumã, as que disponham sobre:

- (A) matéria e tributos municipais; política de desenvolvimento ambiental regional.
- (B) servidor público; Regime Geral Previdenciário.
- (C) uso e ocupação do solo; obras públicas e particulares.
- (D) abertura de créditos suplementares ou especiais.

28. “Aprovar, após o competente parecer do órgão técnico da Prefeitura, projetos de edificação e planos de loteamento, arruamento e zoneamento urbano ou para fins urbanos”. Trata-se de atribuição privativa:

- (A) Do Engenheiro Municipal.
- (B) Do Auditor Fiscal.
- (C) Do Prefeito Municipal.
- (D) Do Secretário Municipal de Obras.

29. Em relação às isenções, das anistias e das remissões estabelecidas em lei no âmbito do Sistema Tributário Municipal:

- (A) Ao executivo será facultado encaminhar, junto com o projeto de lei orçamentária, demonstrativo dos efeitos das isenções, das anistias e das remissões vigentes.
- (B) O executivo é obrigado a encaminhar, junto com o projeto de lei orçamentária, demonstrativo dos efeitos das isenções, das anistias e das remissões vigentes.
- (C) O executivo não poderá encaminhar, junto com o projeto de lei orçamentária, demonstrativo dos efeitos das isenções, das anistias e das remissões vigentes.
- (D) O executivo encaminhará relatório fiscal, junto com o projeto de lei orçamentária, que demonstre os efeitos das isenções, das anistias e das remissões concedidas nos 5 (cinco) anos anteriores.

30. De acordo com o art. 184 da Lei Orgânica do Município de Tarumã, O Executivo fica obrigado a, no primeiro ano do mandato, revalidar as isenções, anistias e remissões em vigor e a propor as medidas cabíveis, até o final do referido exercício. A ausência das medidas previstas neste artigo:

- (A) Importam na prescrição das isenções, das anistias e das remissões.

- (B) Importam na suspensão das isenções, das anistias e das remissões.
- (C) Importam na anulação das isenções, das anistias e das remissões.
- (D) Importam na manutenção das isenções, das anistias e das remissões.

31. O contribuinte somente será obrigado ao pagamento de qualquer tributo ou multa desde que regularmente notificado, exceto:

- (A) Quando a notificação for feita pessoalmente.
- (B) Quando a notificação for feita por via postal.
- (C) Quando a notificação for dispensada por lei.
- (D) Quando a notificação for feita por edital.

32. A sigla ISSQN, atribuída a um imposto de competência do Município, significa:

- (A) Imposto sobre serviço de qualquer natureza.
- (B) Imposto social sobre qualquer natureza.
- (C) Imposto sobre seguridade nacional.
- (D) Imposto sobre serviço de qualquer natureza.

33. A Resolução CFC nº 1.601/20 incluiu as Normas Brasileiras de Contabilidade Aplicáveis à Auditoria de Informação Contábil Histórica Aplicadas à Auditoria do Setor Público convergentes com as Normas Internacionais de Auditoria. De acordo com a referida resolução:

- (A) NBC TASP passa a vigorar a partir de 1º de janeiro de 2024, sendo a adoção permitida a partir de 1º de janeiro de 2020, no todo ou em parte.
- (B) NBC TASP passa a vigorar a partir de 1º de janeiro de 2022, sendo a adoção permitida a partir de 1º de janeiro de 2021, no todo ou em parte.
- (C) NBC TASP passa a vigorar a partir de 1º de janeiro de 2029, sendo a adoção permitida a partir de 1º de janeiro de 2023, no todo ou em parte.
- (D) NBC TASP passa a vigorar a partir de 1º de janeiro de 2024, sendo a adoção permitida a partir de 1º de janeiro de 2021, no todo ou em parte.

34. A NBC TA 200 (R1), estabelece os objetivos gerais do auditor independente e a condução da auditoria em conformidade com normas de auditoria. De acordo com a referida Norma:

- (A) O auditor deve cumprir as exigências éticas relevantes, inclusive as pertinentes à independência, no que se refere aos trabalhos de auditoria de demonstrações contábeis.
- (B) O auditor não deve exercer julgamento profissional ao planejar e executar a auditoria de demonstrações contábeis.

- (C) Para obter segurança razoável, o auditor deve obter evidência de auditoria apropriada e suficiente para reduzir o risco de auditoria a um nível baixo aceitável e, com isso, possibilitar a ele obter conclusões razoáveis e não podendo nelas basear a sua opinião.
- (D) A opinião do auditor sobre as demonstrações contábeis trata de determinar se as demonstrações contábeis são elaboradas, em todos os aspectos relevantes, em conformidade com a estrutura de relatório financeiro aplicável. Tal opinião é comum a todas as auditorias de demonstrações contábeis. A opinião do auditor, portanto, assegura, por exemplo, a viabilidade futura da entidade e a eficiência ou eficácia com a qual a administração conduziu os negócios da entidade.

35. De acordo com a Norma e Procedimentos de Auditoria - NPA 14 - LAUDOS DE AVALIAÇÃO EMITIDOS POR AUDITOR INDEPENDENTE, emitido pela IBRACON – Instituto dos auditores independentes do Brasil, a avaliação contábil consiste na determinação do valor de componentes específicos ou de todos os componentes do balanço patrimonial de uma entidade em determinada data. Assim, para fins desta NPA, o laudo de avaliação poderá compreender:

- (A) Resultado contábil formado por determinados passivos especificamente selecionados pela Auditoria independente; e Patrimônio líquido contábil formado por todos os componentes do balanço orçamentário do exercício anterior.
- (B) Patrimônio líquido contábil (ou, ainda, o acervo financeiro formado por todos os componentes do balanço financeiro); e acervo tributário formado por determinados ativos e passivos especificamente selecionados pela administração Pública e pela entidade solicitante do laudo de avaliação.
- (C) Patrimônio líquido contábil (ou, ainda, o acervo líquido contábil formado por todos os componentes do balanço patrimonial); e acervo líquido contábil formado por determinados ativos e passivos especificamente selecionados pela administração da entidade solicitante do laudo de avaliação.
- (D) Patrimônio Intangível contábil (ou, ainda, o acervo Tangível contábil formado por todos os componentes do balanço patrimonial); e acervo Tangível contábil formado por determinados ativos especificamente selecionados pela entidade responsável pelo laudo de avaliação.

36. A NBC TI 01 – Da Auditoria Interna, aprovada pela resolução CFC nº 986/03, diferencia “fraude” e “erro” para fins de auditoria. Assinale a alterna-

tiva que representa, respectivamente, tais termos de acordo com a referida Norma Brasileira de Contabilidade:

- (A) O termo “**fraude**” aplica-se a ato não-intencional de omissão e/ou manipulação de transações e operações, adulteração de documentos, registros, relatórios, informações e demonstrações contábeis, tanto em termos físicos quanto monetários; O termo “**erro**” aplica-se a ato intencional de omissão, desatenção, desconhecimento ou má interpretação de fatos na análise de registros, informações e demonstrações contábeis, bem como de transações e operações da entidade, tanto em termos físicos quanto monetários.
- (B) O termo “**fraude**” aplica-se a ato não-intencional de omissão, desatenção, desconhecimento ou má interpretação de fatos na elaboração de registros, informações e demonstrações contábeis, bem como de transações e operações da entidade, tanto em termos físicos quanto monetários; O termo “**erro**” aplica-se a ato intencional de omissão e/ou manipulação de transações e operações, adulteração de documentos, registros, relatórios, informações e demonstrações contábeis, tanto em termos físicos quanto monetários.
- (C) O termo “**fraude**” aplica-se a ato intencional de omissão e/ou manipulação de transações e operações, adulteração de documentos, registros, relatórios, informações e demonstrações contábeis, tanto em termos físicos quanto monetários; O termo “**erro**” aplica-se a ato não-intencional de omissão, desatenção, desconhecimento ou má interpretação de fatos na elaboração de registros, informações e demonstrações contábeis, bem como de transações e operações da entidade, tanto em termos físicos quanto monetários.
- (D) O termo “**fraude**” aplica-se a ato intencional de manipulação de transações e operações financeiras, adulteração de documentos, registros, relatórios, informações e demonstrações contábeis, em termos corpóreos e incorpóreos; O termo “**erro**” aplica-se a ato não-intencional de omissão, desatenção, desconhecimento ou má interpretação de lançamentos na elaboração de registros, informações e demonstrações contábeis, bem como de transações e operações da entidade, tanto em termos físicos e não físicos.

37. O Instituto Rui Barbosa (IRB) decidiu recomendar aos Tribunais de Contas, quando efetuarem auditorias independentes de informação contábil histórica adotem as Normas Internacionais de Auditoria (ISA). No Brasil, tais normas internacionais de

auditoria, quando aplicada ao setor público, são representadas de forma convergente pelas:

- (A) “Normas Brasileiras de Contabilidade de Auditoria do Setor Público– NBC ASP”, cujo nome foi alterado para “Normas Brasileiras de Contabilidade Aplicáveis à Auditoria de Informação Contábil Histórica Aplicável ao Setor Público – NBC TASP”.
- (B) “Normas Brasileiras de Contabilidade de Auditoria Governamental – NBC TAG”, cujo nome foi alterado para “Normas Brasileiras de Contabilidade Aplicáveis à Auditoria Governamental– NBC GOV”.
- (C) “Normas Brasileiras de Auditoria do Governo – NBA TAG”, cujo nome foi alterado para “Normas Brasileiras de auditoria aplicáveis à Informação Contábil Aplicável ao Setor Público – NBC TASP”.
- (D) “Normas Brasileiras de Contabilidade de Auditoria Governamental – NBC TAG”, cujo nome foi alterado para “Normas Brasileiras de Contabilidade Aplicáveis à Auditoria de Informação Contábil Histórica Aplicável ao Setor Público – NBC TASP”.

38. Em relação à ética na Auditoria, assinale a opção correta.

- (A) Os auditores devem cumprir exigências éticas relevantes.
- (B) Princípios éticos não devem estar incorporados ao cargo de auditor.
- (C) Princípios éticos não devem refletir os resultados do trabalho do auditor.
- (D) A ética não é considerada como um dos princípios gerais da Auditoria.

39. O processo de auditoria envolve a elaboração de um relatório para comunicar os resultados da auditoria às partes interessadas, aos responsáveis pela governança e ao público em geral. O propósito também é facilitar o monitoramento de ações corretivas. Em algumas situações isso pode incluir a emissão de relatórios juridicamente vinculantes, desta forma, ao elaborar um relatório de auditoria, de acordo com os PRINCÍPIOS FUNDAMENTAIS DE AUDITORIA DO SETOR PÚBLICO:

- (A) Devem ser elaborados baseados nas conclusões não alcançadas.
- (B) Devem ser de fácil compreensão, livres de imprecisões ou ambiguidades e completos.
- (C) Devem ser objetivos e justos, não incluindo somente informações respaldadas por evidência de auditoria suficiente e apropriada, mas, também, informações sobre a importância da empresa auditada para a comunidade local.

- (D) Devem assegurar que os achados sejam colocados em perspectiva e fora do contexto.

40. Segundo os princípios fundamentais de Auditoria do Setor Público, os três tipos principais de auditoria do setor público são:

- (A) Auditoria financeira, Auditoria operacional e Auditoria de conformidade.
- (B) Auditoria contábil, Auditoria fiscal e Auditoria de comprovação.
- (C) Auditoria financeira, Auditoria de gestão e Auditoria de fiscalização.
- (D) Auditoria de prevenção, Auditoria de Fiscalização e Auditoria de Apuração.

FOLHA INTERMEDIÁRIA DE RESPOSTAS

	A	B	C	D
01	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>
02	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>
03	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>
04	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>
05	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>
06	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>
07	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>
08	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>
09	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>
10	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>
11	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>
12	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>
13	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>
14	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>
15	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>
16	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>
17	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>
18	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>
19	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>
20	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>
21	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>
22	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>
23	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>
24	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>
25	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>

	A	B	C	D
26	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>
27	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>
28	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>
29	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>
30	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>
31	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>
32	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>
33	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>
34	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>
35	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>
36	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>
37	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>
38	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>
39	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>
40	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>